

DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: por uma escola democrática e humana

HUMAN RIGHTS AND INCLUSIVE EDUCATION: a school for democratic and human

Josenilson Viana Guedes¹
Lilian da Silva Gonçalves²
Vania Aparecida Calado³

RESUMO:

Este trabalho objetiva discutir os processos de construção de uma educação escolar verdadeiramente inclusiva que tenha suas bases nos direitos humanos. Para isso, foi realizada uma intervenção escolar no município de São José de Mipibu/RN. Foram utilizadas as metodologias de visitas, observações e discussão. Esta ação possibilitou espaços de reflexão na direção dos objetivos da educação inclusiva. A partir das discussões aqui apresentadas, compreende-se que, numa sociedade desigual, educar para inclusão social se torna cada vez mais necessário e urgente. Assim, valorizar a diversidade e promover justiça social para todos independente da condição são os objetivos da educação inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva; Direitos humanos; PPP.

ABSTRACT:

This work discusses the processes of construction of a truly inclusive education that has its basis in human rights. For this, a school intervention was carried out in São José de Mipibu /RN. The methodologies visits, observations and discussion were used. This action allowed for reflection toward the goals of inclusive education. From the discussions presented here, it is understood that in an unequal society, educating for social inclusion becomes increasingly necessary and urgent. Thus, value diversity and promote social justice for all regardless of condition are the goals of inclusive education.

KEYWORDS: Inclusive education. Human Rights. Pedagogical Political Project.

¹Graduação em Ciência da Religião pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2011). Atualmente cursa Licenciatura em Pedagogia - EAD pela faculdade Educacional da Lapa - FAEL e Especialização em Educação e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Aluno do programa de pós graduação Stricto Sensu do IFRN - Mestrado em Educação Profissional. Email: josenilsonvianaguedes@yahoo.com.br

² Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Especialista em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Email: liliandasilvagoncalves@hotmail.com

³ Graduação e licenciatura em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Concluiu mestrado no Programa de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento do Instituto de Psicologia da USP. Email: vaniacaladopsi@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as discussões relacionadas às políticas públicas para a inclusão dos sujeitos sociais estão tomando espaço na pauta das diversas instituições, abrindo espaço para a efetivação de direitos sociais que antes eram negados. Os avanços significativos ocorridos em torno do tema promovem uma verdadeira revolução no campo dos direitos humanos, afinal, ao longo da história, houve um registro negativo de violações dos direitos fundamentais, que por séculos foram subtraídos.

A participação da sociedade na busca pela garantia desses direitos foi fundamental para que fosse possível o acesso à discussão, a legitimidade do movimento e a efetivação do direito a igualdade e reconhecimento do direito negado. A democratização da sociedade, através dos movimentos sociais produziram esses importantes avanços. A (re) construção de espaços menos excludentes e de valorização do outro enquanto sujeito de direito, é, na verdade, o ponto principal da questão. A luta é contra a intolerância, o preconceito e a exclusão de cidadãos, objetivando a garantia de uma alteridade na diversidade.

Assim, a inclusão deixa de ser uma luta de classe e passa a ser uma bandeira da sociedade. Agora, a garantia do direito a inclusão é uma questão de sociedade. Nessa perspectiva, a educação ocupa um papel determinante na luta pela garantia, manutenção e mobilização social pelo direito a igualdade. Logo, a educação deve criar nos sujeitos a habilidade de se apropriar dos seus direitos e deveres, compreendendo-se como indivíduo responsável e participante de uma sociedade que necessita de ações que permitam solucionar os problemas sociais de forma a garantir a possibilidade de uma sociedade mais justa, igualitária e culturalmente respeitosa.

Nesse contexto a escola se constitui como promotora de inclusão e de direitos humanos. As diversidades culturais existentes na escola em si já promovem uma problemática relacional, tendo em vista forte expressividade das culturas presentes. Portanto, as questões alusivas aos conflitos são muito fortes no ambiente escolar, levando em consideração a forte expressividade cultural. Assim, o aprendizado do respeito as diferenças, devem ser a máxima de qualquer instituição educativa.

O presente artigo apresenta um relato de intervenção realizada numa escola municipal localizada no município de São José de Mipibu/RN, o objetivo da intervenção foi discutir com os profissionais da escola, a partir de espaços de diálogos abertos, os processos de construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, contribuindo para construção de uma educação pautada pelos direitos humanos, através de uma proposta pedagógica que discuta os processos de inclusão no ambiente escolar. Após essas discussões, os resultados dessa intervenção resultaram nessa breve discussão teórico metodológica que servira futuramente de apreciação para os sujeitos da escola.

Como se sabe, o Brasil dispõe de leis para todos os níveis e finalidades. No entanto, o seu cumprimento é que na maioria das vezes se dá apenas com a luta e cobrança dos cidadãos. Em relação às leis que trata das pessoas com necessidades especiais, essa dificuldade é ainda maior. Acredita-se que isso tem um aporte histórico-social, pois o estigma sempre esteve presente na trajetória histórica da pessoa com necessidades especiais. Nesse caso, a escola também, funciona como porta voz desses direitos, para assim, sensibilizar a comunidade escolar e por que não dizer a sociedade. Promovendo debates, propagandas e atividades de pesquisa que trate sobre o assunto. A família por sua vez, deve fazer valer o direito e cobrar inicialmente das do poder público, caso não possua êxito, procurar os órgãos competentes como o judiciário. Na escola esse acesso deve acontecer de forma transparente e igualitária. Enfim, todos os cidadãos participativos são responsáveis pela cobrança e fiel cumprimento da lei.

Inicialmente, identificou-se a instituição, os sujeitos e seu contexto social. Com isso, foi possível perceber alguns conflitos existentes no ambiente escolar, sendo possível perceber algumas necessidades pedagógicas identificadas ao longo das observações. Ao longo do texto, apresentamos também um mapeamento do Atendimento Educacional Especializado - AEE ofertado pela escola. A partir do atendimento ofertado a uma aluna com múltiplas necessidades na escola foco desta intervenção, é que desenvolveu-se a problemática desta intervenção. Por fim, as conclusões serão amparadas a partir de um sólido referencial teórico embasado nas diversas reflexões feitas a partir do tema inclusão escolar.

Breve relato histórico da educação inclusiva: ganhos e conquistas

Ao longo da história, nem sempre a preocupação com o diferente se fez presente na sociedade, a exclusão era o meio mais aceito pela família que tinha Uma pessoa com deficiência; o tratamento dado as pessoas com deficiência de qualquer natureza, sempre foi o de colocá-los à margem da sociedade, impedindo-os da participação na vida social e familiar, sendo vistos como pecadores castigados por Deus e até mesmo como aberrações que assustavam ou divertiam conforme a sua deficiência (INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2008).

A educação, desde o seu início, sempre foi um privilégio dos ricos e as classes sociais mais pobres não tinham direito a educação, ou, se conseguiam acesso ao ensino regular eram discriminadas devido a sua condição social,

De forma semelhante à pessoa diferente era considerada “castigada”, pagando pecado por algum crime e separada do convívio social. Em outros casos era considerada diabólica, pois acreditava-se que “corpo deformado” significava também ter a mente deformada (TEZANI, 2004, p 208).

Desse modo, essa identificação das pessoas com deficiência, como pecadores desprovidos de valores morais ou religiosos, era intensificado pelo espírito da época, o catolicismo, que dominava qualquer ação ou atitude dos indivíduos, todos os segmentos da sociedade, principalmente a educação, estavam impregnados pelos dogmas e valores morais impostos pela Igreja Católica.

A inclusão da pessoa com deficiência no meio social e conseqüentemente na escola, ou na escola e conseqüentemente na sociedade deu-se de forma gradual e por meio de lutas. Estas lutas sempre foram encabeçadas por grandes encontros e documentos que afirmam a necessidade urgente da quebra de paradigmas relacionados às pessoas com de necessidades especiais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) trouxe em seus escritos a igualdade entre seres, o direito a diversidade, a expressão e assim o “fim” da exclusão social e a abertura para entrada da pessoa com necessidades especiais no meio social. Este documento trouxe não só o direito de uma minoria, nem tampouco de um grupo, mas provocou uma grande abertura e discussão em torno do direito a igualdade e o respeito às diferenças. Outro documento também importante foi a declaração de Salamanca (1994), desenvolvida a partir de uma luta internacional pelo direito a igualdade. Este documento defende a inclusão da pessoa com deficiência em todos os segmentos da sociedade. A partir desta declaração a sociedade passou a criar e cobrar a partir de diversos outros documentos os direitos cabíveis aos cidadãos tidos como "especiais". Assim compreende-se que estes documentos tiveram e continuam tendo uma forte e importante contribuição na abertura e reconhecimento do direito a igualdade.

Atualmente todos os cidadãos tem direitos constitucionais a uma educação de qualidade, o Estado Brasileiro é quem garante esta educação através das Constituições Federal, e a de 1988 conhecida como a Constituição Cidadã, entre outros direitos sociais como a democratização da educação, a erradicação do analfabetismo, em suma um conjunto de dispositivos para dar maior qualidade a educação, também “assegurou que a educação de pessoas com deficiência deveria ocorrer, preferencialmente na rede regular de ensino e garantiu ainda o direito ao atendimento educacional especializado” (GONÇALVES MENDES, 2010, p 102).

No Brasil, existem leis que dão suporte para que a Educação Especial se torne integrada no ensino regular, A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988); O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96 (BRASIL, 1996, Art 58 e 59); Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino (BRASIL, 1997); Adaptação Curriculares para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, conhecido como os “Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Especial” (BRASIL, 1998); Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014.); e Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001). Para que estes documentos oficiais sejam cumpridos e postos em prática é preciso que haja empenho de todos e, principalmente, a especialização dos professores para o tratamento ao aluno com necessidades educacionais especiais.

No ano de 2008 outro ganho ocorreu para educação no nosso país. Nomeada pela portaria n.º 948/2007, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Essa política de sociedade traz a discussão sobre o paradigma da educação inclusiva, fundamentado na concepção de uma educação em direitos humanos.

Essa lei é uma resposta ao movimento político mundial que cobra a garantia dos direitos humanos a todos os cidadãos. Atualmente os processos de educação no Brasil estão legitimados também por essa política que define educação inclusiva como um processo em que se amplia o entendimento de educação, fortalece o papel da educação e conseqüentemente da escola, reestruturando a forma de compreender o sujeito em sua totalidade, numa abordagem humanística e democrática, garantindo inclusão social a todos, através de processos e recursos pedagógicos que assistem as necessidades dos alunos, o que se compreende hoje como tecnologia assistiva. Segundo Bersch e Tonolli,

Tecnologia Assistiva - TA é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e conseqüentemente promover vida independente e inclusão (BERSCH; TONOLLI, 2006, p. 2).

Assim todos os alunos devem ser inseridos nessa concepção de educação, onde os processos são compreendidos de forma que as Necessidades Educacionais Especiais sejam levadas em consideração. No entanto, prioritariamente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) estabelece o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e transtornos de aprendizagem.

Por uma escola inclusiva e não especial

A escola atual, como reflexo da sociedade moderna, competitiva e consumista, vem se mostrando como um espaço que agrega poucos valores humanos, enredando-se apenas pelo caminho da técnica, da preparação de máquinas que serão submetidas a testes, aos processos seletivos eliminatórios e desestimuladores. Segundo Magalhães (2002), a escola inclusiva deve auxiliar na construção de um novo olhar está no cerne da construção de uma escola que dê conta das diferenças e cumpra a sua função de capacitar pessoas para o exercício da liberdade e da autonomia. Ainda segundo Magalhães é necessário reconhecer essas barreiras, pois,

reconhecê-las é um significativo passo na construção de uma escola democrática que atenda às demandas de seus alunos e não somente busque enquadrá-los dentro de modelos idealizados de “bom” ou “mau”. Com efeito, pode representar uma possibilidade de autoconhecimento e descoberta de novas formas de organizar a vida e o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido das escolas (MAGALHÃES, 2002, p. 34).

Dessa forma, a escola do século XXI deve estar aberta a sociedade, ou ser em caráter diverso a própria sociedade, plural, tecnológica e globalizada. Acima de tudo uma escola cidadã, responsável por conhecimentos e práticas úteis à sociedade, onde o aluno possa construir sua própria identidade, respeitando e valorizando as diferenças. Essa escola deve ser ampla em todos os sentidos, não deve estar limitada aos seus muros, nem tampouco ao quadro e giz. A escola deve preparar para a vida e ser formadora de verdadeiros cidadãos éticos que se respeitem mutuamente e valorizem o próximo, uma educação igualitária e verdadeiramente inclusiva.

Na inclusão, a ideia subjacente é de que não é o aluno quem deve se moldar totalmente às demandas escolares, ou seja, o problema não está centrado na pessoa que tem necessidades específicas, mas nas interações que estabelece com as condições de ensino-aprendizagem que a escola possibilita. Portanto, a escola deve pensar sua organização curricular de modo a propiciar a este aluno condições adequadas. Por exemplo, um aluno com deficiência visual pode ser incluído em salas de aula regulares e necessitar de apoios complementares, o aluno com deficiência física requerer a quebra de barreiras arquitetônicas, enquanto o aluno com deficiência mental ensinará estratégias de adaptação do currículo às suas peculiaridades. A inclusão pode beneficiar não somente alunos que apresentem algum tipo de deficiência, mas alunos que não são “enquadrados” como deficientes, mas sofrem os efeitos de um processo de ensino-aprendizagem que ocasionam seu fracasso escolar, por exemplo (MAGALHÃES, 2011, p. 5).

Assim, a escola se constitui como inclusiva em todos os aspectos, social, cultural e racial. Dentre as várias funções requeridas da escola atualmente, podemos citar a consolidação da paz que se fortalece a partir da liberdade e do respeito ao outro. Nessa linha de pensamento, a escola que conhecemos necessita de uma reforma do pensamento, onde esta reveja sua prática e pense numa política de ensino que priorize a diversidade cultural, para assim, formar cidadãos éticos. Todas as políticas pedagógicas, segundo Booth *apud* Santos, devem:

[...] assegurar que a inclusão esteja presente no bojo do desenvolvimento da escola. Permeando todas as políticas, de forma que estas aumentem a aprendizagem e a participação de todos os alunos. Considera-se apoio aquelas atividades que aumentam a capacidade de uma escola em responder à diversidade dos alunos. Todas as formas de apoio são consideradas juntas em uma estrutura única, e são vistas a partir da perspectiva dos alunos e seu desenvolvimento, aos invés de serem vistas da perspectiva da escola ou das estruturas administrativas do órgão responsável pela organização da educação (BOOTH *apud* SANTOS, 2002, p. 45).

Surge então a necessidade de pensar a atuação da escola enquanto uma instituição que esteja aberta e acessível a todas as formas de conhecimento e aprendizagem. Para tanto, é necessário que esta repense os seus valores e metas, se desvincule da cultura da cópia e reprodução, da repetição conteudista e que seu funcionamento esteja primordialmente centrado no aluno.

Algumas vezes o que faz nascer à desvantagem do aluno com deficiência na escola não é o não ouvir, o não ver, mas o fato da escola não encontrar alternativas para adequar o processo ensino-aprendizagem as peculiaridades desses alunos” (MAGALHÃES, 2002, p.24).

Sabemos que a escola é o reflexo da sociedade, portanto, o modelo social, que desconsidera a diversidade na construção da vida em sociedade, torna o ambiente escolar excludente, criando distanciamento entre os sujeitos e comprometendo o direito a igualdade. A discriminação, assim, define a deficiência tanto quanto os impedimentos corporais (DINIZ; SANTOS, 2010).

As denominadas escolas inclusivas teriam como fundamento básico a flexibilidade curricular e metodologia com intuito de aceitar as diferenças individuais de seus alunos. A questão seria adequar a estrutura escolar às diversidades existentes reveladas pelos diversos ritmos de aprendizagem, interesse, origem social, dificuldades, habilidades, motivação dos alunos dentro das salas de aula regulares, em qualquer nível de ensino (BRASIL, 2008).

Portanto, educar para uma sociedade “inclusiva” pressupõe compreender toda uma complexa realidade presente no seio da sociedade. A inclusão é um fator substancial nos dias atuais. Um mundo que se caracteriza pela competitividade e corrida desenfreada pelo ter, o lugar do outro não mais é respeitado, esse fator deve ser discutido sim no cunho educacional, pois a escola precisa valorizar o ser humano em detrimento de qualquer outro aspecto na educação.

Incluir não se restringe apenas ao fator necessidades especiais, precisamos incluir o branco, o negro, o índio... Incluir o diferente. A troca de saberes é o fator decisivo no aprender. Como defende Paulo Freire (1996) “a leitura de mundo antecede a leitura da palavra”. Precisamos valorizar o recurso humano, o verde, a terra, o povo, diante das mudanças tecnológicas, culturais e científicas, esses saberes precisam ser reconstruídos, essa construção é essencial para nos aproximarmos de nosso passado. Um resgate histórico se faz necessário para

refletirmos nas mudanças ocorridas ao longo dos anos e compararmos o quanto nos dias atuais deixamos de valorizar o nosso entorno.

Cultivar o amor, a paz, a solidariedade, o respeito, as relações interpessoais é algo urgente, não apenas no campo das palavras, mas principalmente nas nossas atitudes. Em meio a correria do dia-a-dia esses valores estão se perdendo nos tornando seres mecânicos, tendo em vista a necessidade de acompanharmos a evolução social. É urgente o cultivo de bons hábitos e boas ações na família, na escola, no trabalho e nos ambientes que diariamente frequentamos. Em meio a essa carreira que nos está proposta é necessário preservar aquilo que de mais rico pode existir, o amor ao próximo.

Nessa perspectiva, no contexto de uma nova sociedade que se configura, a sociedade do conhecimento, que se caracteriza pela busca de novos saberes e novas práticas é preciso construir uma nova escola inclusiva que valorize e respeite a diversidade.

Nesse sentido, esta intervenção tem como objetivo, promover uma reflexão sobre a prática pedagógica e a formação continuada dos profissionais de educação, possibilitando a conscientização sobre valores humanos, repensando a própria prática para encontrar caminhos para solucionar os problemas.

METODOLOGIA

O objetivo desta ação é discutir os processos de construção de uma educação escolar verdadeiramente inclusiva que tenha suas bases nos direitos da pessoa humana. Como objetivos específicos, pretende-se: contribuir para construção de uma educação pautada pelos direitos humanos; Refletir acerca da necessidade de uma educação escolar inclusiva e; promover uma reflexão acerca da necessidade da atualização permanente do Projeto Político Pedagógico (PPP), documento que direciona o trabalho pedagógico, com intuito de resgatar os valores humanos dentro e fora do ambiente escolar, criando e promovendo processos de socialização da cultura dos Direitos Humanos na escola (CANDA, 2009).

Para realização desta intervenção delimitou-se como campo de observação uma escola pública municipal. Primeiramente, observou-se a infraestrutura e analisou-se o Projeto Político Pedagógico da escola para assim poder situar a discussão sobre direitos humanos e inclusão e a realidade da instituição analisada. A proposta de intervenção foi realizada a partir de grupos de reflexão (SIQUEIRA, et al, 2010) com o intuito de compreender uma realidade, a partir dos comportamentos, de características pessoais e do grupo. Os grupos eram compostos por professores, diretores, coordenadores pedagógicos e equipe de apoio, aproximadamente 25 sujeitos. Utilizou-se principalmente as técnicas de discussão, com intuito de refletir com os profissionais de educação sobre a cultura dos direitos humanos no ambiente escolar.

A intervenção foi realizada numa escola pública municipal de ensino fundamental do município de São José de Mipibu/RN, situada num bairro de zona urbana. Atualmente a escola tem uma matrícula aproximada de 530 alunos. A estrutura física da escola foi ampliada, as doze salas de aula são amplas, no entanto a manutenção das salas não acontece como o esperado, as carteiras e cadeiras em muitos casos não são apropriadas. As turmas têm em média 30 alunos. Não dispõe de uma sala para direção, existe uma para secretaria, um espaço para sala multifuncional, e outra para informática, esta última ainda não está em funcionamento. A cozinha e a dispensa têm uma estrutura boa. Dispõe ainda de uma sala de leitura, uma de vídeo (que é

usada para as atividades do Programa Mais Educação), uma sala de leitura e cinco banheiros. Toas

As condições de saúde na comunidade são regulares. A educação e o lazer também se caracterizam principalmente pela falta de investimentos governamentais. Outras instituições também desempenham atividades no bairro como: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), instituição que traz apoio social as famílias e cursos profissionalizantes; a Associação de Jovens e Mulheres do Pau Brasil e Rocinha (AJMPR); e a Fundação Zé da Bicicleta (FZB) que também proporciona aulas de informática, capoeira, alfabetização, etc.

A faixa etária dos alunos da escola é de 06 a 18 anos, no entanto, existem duas turmas de Educação de Jovens e adultos no turno vespertino que tem alunos com idade até 35 anos. Todos os alunos são moradores da comunidade que atualmente tem aproximadamente 4.000 habitantes. Essas famílias são em sua maioria compostas de 4 a 5 pessoas. As atividades de trabalho na região são poucas, muitos deles, trabalham no centro da cidade, em áreas rurais ou em outras cidades. Todas as informações acima citadas foram adquiridas através do Censo escolar, documentos disponibilizados pela secretaria da escola e informação de outras instituições da comunidade, como Unidade Básica de Saúde e associações.

A instituição foi fundada em 1980, é a única com ensino fundamental do bairro. A escola funciona em dois turnos sendo o primeiro da 07:00 as 11:20 e das 13:00 as 17:20. A escola ainda dispõe de 11 salas de aula, cozinha e cinco banheiros. Todos os profissionais da escola são do quadro efetivo do município, com exceção de três pessoas da equipe de apoio. Todos os profissionais que participaram da intervenção são licenciados, com exceção de uma professora que atua nos anos iniciais do ensino fundamental que exerce a função na escola desde 1985 e tem a formação de ensino médio na modalidade magistério. Todos os não docentes possuem ensino médio completo. Cinco deles possuem nível superior ou estão em conclusão. Em relação aos docentes, apenas uma professora que atua em sala de aula possui o ensino médio na modalidade magistério. Na maioria dos casos os professores atuam na área de formação.

A análise da proposta pedagógica atual da escola foi a-problemática inicial para refletir as mudanças necessárias para uma melhor adequação às demandas sociais.

O PPP da escola foi elaborado no ano de 2002 e até o ano de 2015 não foi reestruturado ou ampliado. A partir da análise desta proposta foi possível identificar que o projeto faz uma breve identificação dos sujeitos, da instituição e da comunidade em que se situa. Traz um mapa de metas para cada ano escolar, e, por fim, apresenta dados de aproveitamento dos alunos referente ao ano anterior da formulação. A proposta não aborda os temas de Atendimento Educacional Especializado - AEE, nem a discussão dos direitos humanos.

Durante a discussão, a equipe citou a experiência que todos da escola passaram ao receber uma aluna com múltiplas deficiências, que no ano de 2012 foi matriculada na escola. A aluna apresentava um quadro de atraso no desenvolvimento global decorrente de anóxia neonatal, que é definida como a ausência de oxigênio nas células do recém-nascido, por esse motivo Maria Eduarda adquiriu múltiplas deficiências, pois apresentava deficiência auditiva e visual, associada a outras deficiências (mental e/ou física). A aluna fazia uso de cadeira de rodas.

Durante os 30 anos de funcionamento desta instituição, este é o segundo caso deste tipo que a escola recebe. As dificuldades foram muitas para prestar um atendimento no mínimo atencioso a estes alunos. De início, o primeiro obstáculo foi a estrutura física da escola. Apesar de nos últimos anos a escola ter passado por uma reforma que acrescentou rampas e um banheiro especial, o nosso espaço ainda é pouco receptivo a estes alunos. A escola dispõe de uma sala de recursos multifuncionais, onde podemos dar uma atenção maior, no entanto, a sala de aula convencional, ambiente onde deve ser feita a inclusão desses alunos, neste caso de Maria Eduarda precisa melhorar e muito, principalmente no que se refere aos móveis e equipamentos para auxílio de aprendizagem. Os únicos recursos disponíveis eram a tradicional carteira e o quadro.

Por isso, o ponto focal foi discutir com os profissionais, a educação especial na perspectiva da inclusão, que por sua vez, está ancorada na discussão sobre promoção dos Direitos humanos, levando em consideração que este é um dos mecanismos que norteia os processos educacionais dentro do ambiente escolar e até fora dele.

Nesse sentido, compreende-se que se faz necessário que os sujeitos envolvidos no processo educacional (alunos, profissionais de educação, pais etc) saibam da importância desse do PPP, participem da sua atualização e estejam comprometidos com a efetivação de suas ações. Essa participação coletiva e responsável dos sujeitos escolarizados na tomada de decisões, já se configura como um processo humano de comprometimento com o bem estar social e valorização da democracia no ambiente escolar.

Além dos problemas relacionados ao atendimento do aluno com necessidade educacional especial, a escola apresenta outras demandas: desarticulação, a falta de planejamento, resolução de problemas e conflitos, violência na escola, a falta de cuidado com o patrimônio, o desrespeito ao próximo, a falta de valores humanos e o descompromisso com os estudos, cobram da escola uma resposta justa, coletiva e democrática. Todas essas demandas foram apontadas pelos sujeitos da escola.

Dessa forma, compreende-se que o Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta democrática que direciona o trabalho escolar e sua funcionalidade vai além das questões burocráticas ou teóricas, mas sim, diretamente relacionadas às questões práticas do dia a dia escolar, como por exemplo: a violência, a indisciplina, o uso de drogas, a falta de respeito com o próximo e todos os tipos de intolerância (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, esta intervenção escolar iniciou-se com a criação de um grupo de reflexão na escola, formado inicialmente pela equipe de gestores, uma representação de professores e funcionários. A intervenção foi planejada com propósitos reflexivos para entender a amplitude e a complexidade em torno do ambiente escolar, a partir da realidade sócio-cultural, contribuindo para reestruturação do Projeto Político Pedagógico da escola.

Nessa etapa, participaram treze professores das salas de aula regular, duas coordenadoras pedagógicas, uma professora do Atendimento Educacional Especializado e a gestora da escola.

Para sensibilização da equipe, foi assistido o vídeo “cuerdas⁴”, um curta de animação Espanhol inspirado nos filhos do seu criador, Pedro Solís, vencedor do Goya, em 2014. O filme aborda o tema inclusão de pessoas com necessidades especiais na escola. A partir do vídeo foi promovida uma discussão sobre a complexidade que envolve o ambiente escolar e a necessidade de uma educação inclusiva na perspectiva dos direitos humanos. Após o vídeo, a discussão girou em torno dos seguintes questionamentos: O que são direitos humanos? Qual a relação entre direitos humanos e educação?

Quando pensou-se de forma coletiva a definição do que é direitos humanos, os profissionais fizeram um resgate histórico da temática em relação aos direitos humanos, fazendo referência a revolução industrial, a revolução francesa e a ditadura militar como momentos históricos fundamentais para a discussão dos direitos humanos no Brasil.

A discussão sobre direitos humanos suscitou uma reflexão acerca da realidade da escola. No que se refere às questões de violência escolar, indisciplina, regras de convívio escolar e a inserção dos alunos com necessidades especiais na escola os profissionais reconheceram a

⁴ Disponível em: <http://mais.uol.com.br/view/87j2x7d2z5jm/cuerdas-linda-historia-para-reflexionar-04028C1B316AD0C94326?types=A&>. Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

importância da atualização do Projeto Político Pedagógico da escola, a criação coletiva do regimento escolar e a efetivação e participação planejada do Conselho escolar como ações necessárias para que as problemáticas citadas sejam amplamente discutidas, repensadas e enxergadas como resultado de um trabalho democrático e participativo. O encontro durou aproximadamente três horas, foi possível identificar também que os participantes estavam completamente comprometidos com as discussões e dispostos a discutir as questões relativas ao funcionamento da escola. Durante os momentos propostos de diálogo e reflexão, os sujeitos mostraram-se desejosos de participar de momentos como esse.

Na oportunidade foi solicitado aos professores que se possível, de forma voluntária respondessem o seguinte questionamento: Como o Projeto Político Pedagógico da escola pode dialogar com a promoção de uma educação em direitos humanos, especialmente no que se refere à inclusão de pessoas com deficiências no ambiente escolar, objetivando a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva?

Nesse momento, a reflexão foi em torno das ações que podem ser realizadas para sensibilização dos alunos, pais e comunidades. A efetivação de parcerias foi apontada como um dos caminhos para promoção de uma educação mais humana e cidadã, além da construção coletiva do regimento interno da escola, atuação mais efetiva do conselho escolar, criação do conselho de classe, maior integração entre família escola e também entre os profissionais.

Esta intervenção foi desenvolvida, principalmente, a partir de espaços de reflexão acerca da realidade escolar, de discussão dos problemas da comunidade escolar e de socialização de ideias.

Foi possível identificar que a escola conhece o perfil das famílias, no entanto, é necessário que as parcerias com os pais sejam ampliadas para que o trabalho pedagógico avance. No que se refere ao desempenho dos estudantes, percebe-se que é necessário que a escola articule melhor o projeto pedagógico para que as atividades pedagógicas sejam mais efetivas.

O relacionamento dos alunos, profissionais de educação assim como o-desempenho dos alunos precisam melhorar. Os estudantes se interessam por atividades esportivas, recreação, visitas a espaços culturais e gincanas escolares.

Para que seja possível melhor e ampliar os processos de aprendizagem completa do sujeito, se faz necessário que a escola (re)formule o projeto político pedagógico, construa o regimento interno, crie o grêmio estudantil, amplie as discussões com o conselho escolar e efetive parcerias com os pais, instituições e projetos sociais.

Análise da intervenção

Os processos pedagógicos não podem ser analisados sem que sejam considerados aspectos relativos à realidade sociocultural da instituição educativa e dos sujeitos que a compõem. Não se pode intervir numa determinada situação educacional sem antes serem avaliadas as relações sociais que estabelecem o sentido da realidade posta. Rego (2007), se utilizando do pensamento sociointeracionista de Vygotsky, diz: “Segundo ele, a complexidade da estrutura humana deriva do processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas relações entre história individual e social”. (REGO, 2007, p. 26).

Essas discussões só farão parte do cotidiano da escola se forem contempladas no Projeto Político Pedagógico da instituição, já que esse documento apresenta a instituição, seu entorno e estabelece a missão, as metas e os objetivos a serem atingidos ao longo de sua existência. Por isso é importante que este documento seja construído de forma conjunta e aberta a todos, alunos, pais, professores, funcionários e comunidade.

Quando se trata do estudo humano, mais detalhadamente no que se refere aos processos de ensino-aprendizagem é importante que a historicidade do indivíduo, quer seja de si mesmo ou de seu grupo deve ser considerada e estudada, a fim de compreender a complexidade das

relações sociais. Nesse sentido, podemos considerar que a teoria sociointeracionista de Lev Vygotsky contribui para as problemáticas atuais na medida em que favorece a compreensão mais ampliada das relações de interação entre ensino e aprendizagem. A promoção de educação inclusiva em todos os seus aspectos, portanto, deve perpassar a compreensão de que todo sujeito e um ser biológico e ao mesmo tempo social. Essa compreensão é o ponto focal de um projeto pedagógico que dê suporte aos processos de mediação e construção de sentido no ambiente escolar e até fora dele. Nesse sentido, “as funções psicológicas especificamente humanas se originam nas relações do indivíduo com seu contexto cultural e social” (REGO, 2007, p.41).

A cultura é, portanto, parte constitutiva do humano. Trabalhar com a cultura no ambiente escolar é respeitar as singularidades e fortalecer a valorização da diversidade. Nesse sentido, as relações no ambiente escolar favorecem o desenvolvimento o sujeito em todos os seus aspectos. Logo, a promoção de uma educação inclusiva e não especial, perpassa essa fundamentação valorativa do ser humano, no sentido de compreender cada sujeito conforme suas especificidades e necessidades. “Essa estrutura complexa é produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social” (VYGOTSKY, 1984, p. 33).

Assim, Vygotsky, profundamente influenciado pelos postulados marxistas, afirma que as origens das atividades psicológicas mais sofisticadas devem ser procuradas nas relações sociais do indivíduo com o meio externo. Entende que o ser humano não só é produto do seu meio social, mas também um agente ativo da criação deste contexto. Acredita que para compreender as formas especificamente humanas é necessário (e possível) descobrir a relação entre a disseminação biológica (os processos naturais, como: a maturação física e os mecanismos sensoriais) e a cultura (REGO, 2007, p.49).

A escola por sua vez desempenha através de seus agentes uma função mediadora, função essa que só pode ser desempenhada de forma integral quanto os envolvidos, reconhecem e compreendem a importância da pedagogia sociointeracionista. Ou seja, quando se tem consciência de que cada sujeito escolarizado deve ser compreendido através de sua relação consigo mesmo, com o outro e com seu meio. A teoria sociointeracionista de Vygotsky afirma que os processos de funcionamento mental do homem são fornecidos pela cultura, através da mediação simbólica. (REGO, 2007, p.55). Dessa forma toda e qualquer ação desempenha esse papel de traduzir uma realidade inerente a cada sujeito. Segundo Rego,

Vygotsky não ignora as definições biológicas da espécie humana; no entanto, atribui uma enorme importância à dimensão social, que fornece instrumentos e símbolos (assim como todos os elementos presentes no ambiente humano impregnados de significado cultural) que medeiam a relação do indivíduo com o mundo, e que acabam por fornecer também seus mecanismos psicológicos e formas de agir nesse mundo (REGO, 2007, p.70).

Nesse sentido, as relações estabelecidas dentro e fora do ambiente escolar representam muito mais do que uma mediação ou uma simbologia, traduzem identidades culturais inerentes a cada sujeito e por isso são denominadas de mediação simbólica, pois elas fazem a mediação entre o ser humano e o objeto de forma simbólica. Assim, mediação em termos genéricos é o

processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento (OLIVEIRA, 2002, p. 26).

O processo de mediação, por meio de instrumentos e signos, é fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, distinguindo o homem dos outros animais. A mediação é um processo essencial para tornar possível as atividades psicológicas voluntárias, intencionais, controladas pelo próprio indivíduo (OLIVEIRA, 2002, p. 33).

Portanto, é a partir das relações estabelecidas que o ser humano desenvolve-se e também contribui para o desenvolvimento do seu próximo. A escola é esse espaço de interação e de inclusão social. Todos os que estão no ambiente escolar precisam sentir-se acolhidos, compreendidos e incluídos no processo de ensino-aprendizagem. As características (modo de agir, de pensar, de sentir, valores, conhecimentos, visão de mundo etc.) dependem da interação do ser humano com o meio físico e social. (REGO, 2007, p. 57-58). Levando em consideração essa afirmativa, o atendimento escolar deve ser especializado em todos os sentidos. Desde sua entrada na escola até a sala de aula, todos devem ser conscientes de sua ação educativa e responsáveis pela promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

A escola e a família prioritariamente, além dos demais espaços são fundamentais para que a criança se desenvolva de forma que suas habilidades e limitações sejam consideradas e trabalhadas. A interação com o meio torna-se indispensável para o desenvolvimento favorável de todos os educandos. Esses grupos sociais funcionam como mediadores no desenvolvimento biológico e psicológico da criança, pois:

A partir de sua inserção num dado contexto cultural, de sua interação com membros de seu grupo e de sua participação em práticas sociais historicamente construídas, a criança incorpora ativamente as formas de comportamento já consolidadas na experiência humana (REGO, 2007, p.55).

Diante das observações feitas até aqui, compreende-se que a escola deve desempenhar e proporcionar um papel sociointeracionista na vida de todos os seus atores. Assim, a promoção de uma educação laica, democrática, inclusiva e de qualidade depende também da política pedagógica proposta pela escola.

É importante que todos os sujeitos da escola compreendam a importância do trabalho em equipe, da participação coletiva na tomada de decisões. Assim, o Conselho escolar, o grêmio estudantil, os líderes de sala, as associações do bairro, enfim, todos os colegiados são importantes para a construção de uma educação em direitos humanos, alicerçada da inclusão social e no direito a igualdade. Essas reflexões são fundamentais para que a escola tenha um Projeto Político Pedagógico vivo e eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo uma avaliação geral, pode-se concluir que a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ambiente escolar na verdade é um aprendizado contínuo e que os desafios são relacionados a espaço físico e materiais pedagógicos que precisam ser ampliados ou melhorados, e, principalmente, os processos de reflexão sobre a prática escolar, objetivando a formação humana na perspectiva da educação inclusiva.

Em relação ao entendimento do grupo de que o Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da Educação Inclusiva se torna necessário para compreensão e desenvolvimento dos processos educacionais, podemos dizer que a grande parte, ou uma boa parte desses

profissionais compreendem a importância desse desafio para escola e estão abertos aos aprendizados que essa realidade predispõe.

Diante dessa discussão, compreende-se a inclusão como algo de extrema importância, tendo em vista a necessidade de incluir as crianças com deficiência na escola regular e em sociedade, enxergando-os como seres humanos e cidadãos com direito a educação e a socialização.

Para oferecer uma educação de qualidade para todos, é necessário melhorias no processo educativo, propondo condições de desenvolvimento na educação especial.

Nos dias atuais se pode observar vários avanços nessa perspectiva, ao serem feitas adaptações pedagógicas para o aluno que tenha algum tipo de deficiência, o uso de estratégias de ensino para diferentes tipos de necessidades específicas de aprendizagem e acima de tudo a conscientização dos demais estudantes envolvidos sem distinção aos alunos com diferentes deficiências ou necessidades educacionais específicas.

Diante das dificuldades de implementação de uma educação inclusiva (SANTOS, 2002), é possível identificar ganhos, porém é necessário avançar, resgatando o respeito humano e a dignidade, no sentido de possibilitar mais desenvolvimento e o acesso a essas crianças com deficiências a um ambiente propício as suas necessidades.

Nesse sentido, a intervenção relatada confirma que os processos de reflexão sobre a prática pedagógica e a formação continuada são importantes e fundamentais, para promover a conscientização sobre valores humanos, repensar a própria prática e encontrar caminhos para solucionar os problemas. Assim, a construção coletiva do PPP favorece o fortalecimento de uma educação fundada nos direitos humanos, afirmando o papel da escola na garantia de uma educação verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita; TONOLLI, José. **Introdução ao conceito de Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre/RS, 2003. Disponível em <http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf> Acesso em 05 de junho 2015.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 5ª edição. São Paulo. Editora: Saraiva, 1995. 210p.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação**. Brasília: MEC; 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Ministério da Educação e Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares: estratégia para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública/elaboração** Ignez Pinto Navarro... [et al.]. - Brasília : MEC, SEB, 2004.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: SEESP/MEC, 2008.

_____. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília: SEESP, 2001. Disponível em: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em 15 de março de 2015.

_____. **Lei nº 13.005, DE 25 junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Ano CLI No- 120-A, p. 2. 26 jun. 2014. Seção 1, pt. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acessado em 25 de agosto de 2014.

_____. **Declaração de Salamanca.** Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos e diferenças culturais: questões e buscas.** Revista Múltiplas Leituras, v.2, n. 1, p. 65-82, jan. / jun. 2009

DINIZ, Debora; SANTOS, Lúvia. **Direitos Humanos no Brasil - as pessoas com deficiências.** 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática educativa.** 16ª ed. São Paulo/SP: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES MENDES, Enicéia, Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, Medellín, Universidad de Antioquia, Facultad de Educación, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010, pp. 93-109. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília, v.4, n. 1, jan./jun. CIBEC/MEC, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Inclusão social da pessoa com deficiência: medidas que fazem a diferença -** Rio de Janeiro: IBDD, 2008 312 p. Disponível em: <http://www.ibdd.org.br/arquivos/inclusaosocial.pdf>. Acesso em 12/05/2015.

MAGALHÃES, Rita de Cássia B. P.(org.) **Educação especial: escolarização política e formação docente.** Brasília: Liber Livro, 2011.

MAGALHÃES, Rita de Cássia B.P. **Reflexões sobre a diferença: Uma introdução á educação especial.** Fortaleza: Demócrito Rocha/Ed. UECE, 2002. P. 21-34.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico.** 4. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos,** 1959.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky** - Uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 2007.

SANTOS, Mônica Pereira dos. **Educação inclusiva**: redefinindo a educação especial. Ponto de Vista, Florianópolis, n. 3/4, p. 103-118, 2002. Disponível em <http://www.perspectiva.fsc.br/pontodevista_0304/08_artigo_santos.pdf> Acessado em 02 de Nov. de 2014.

SIQUEIRA, Adriana Rodrigues; ANDREOTTI, Magda; GLINA, Débora Miriam Raab; ROCHA, Lys Esther. **Grupos de reflexão**: um recurso para as transformações do trabalho. O Mundo da Saúde, São Paulo: 2010; 34(2):252-257. Disponível em: http://www.saocamilosp.br/pdf/mundo_saude/75/252a257.pdf. Acesso: 23/04/2015.

TEZANI, T. C. R. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva**: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

Vídeo Cuerdas. Disponível em: <http://mais.uol.com.br/view/87j2x7d2z5jm/cuerdas-linda-historia-para-reflexionar-04028C1B316AD0C94326?types=A&>. Acesso em 12/01/2015.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares *et al.* II Silveira, Rosa Maria Godoy. **Ética e Cidadania nas Escolas** - João pessoa: Editora Universitária, 2003.

Submetido em: Maio de 2015

Aprovado em: Setembro de 2015